

# Feira do Lavradio:

## entre políticas de patrimonialização e lugar de memória na cidade do Rio de Janeiro

Lavradio fair: between heritage policies and place of memory in the city of Rio de Janeiro

**Taiany Braga Marfetan**

Taiany Braga Marfetan – Licenciada e Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Professora EBTT de Geografia no Colégio Pedro II. Doutoranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

[Taiany.marfetan@gmail.com](mailto:Taiany.marfetan@gmail.com)

---

**RESUMO:** O presente artigo analisa a cidade do Rio de Janeiro como um local que contou com mudanças de função ao longo do tempo, com destaque para sua capitalidade histórica e, também, como sede de diversos megaeventos internacionais, que geraram modificações estruturais para sediá-los, no intuito de alçá-la a um destino turístico internacional. Para tanto, aciona os conceitos de patrimônio cultural e memória coletiva como formas de valorizar os lugares de memória da cidade para fins turísticos. A Rua do Lavradio, contando com a feira de mesmo nome, é o lócus espacial de análise e, a partir do trabalho de campo de cunho etnográfico desenvolvido entre os anos de 2021 e 2024, apresento os interesses na produção desse espaço como um local de disputa narrativa entre os agentes produtores urbanos e da feira e seus expositores e frequentadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feira do Lavradio; Patrimônio cultural; Turismo cultural.

**ABSTRACT:** This article analyzes the city of Rio de Janeiro as a place that had changes in function over time, with emphasis on its historical capitality and also as the headquarters of several international mega-events, which generated structural changes to host them, with the aim of making it an international tourist destination. To this end, it uses the concepts of cultural heritage and collective memory as ways of valuing the city's places of memory for tourism purposes. Lavradio Street, including the fair of the same name, is the spatial locus of analysis and, based on ethnographic fieldwork carried out between 2021 and 2024 at Lavradio fair, I present the interests in the production of this space as a place of narrative dispute between urban and fair producer agents and their exhibitors and attendees.

**KEYWORDS:** Lavradio Fair; Cultural heritage; Cultural tourism.

## Introdução

A cidade do Rio de Janeiro apresentou, ao longo da história, uma série de transformações no seu espaço urbano que modificaram sua função, uma vez que, já foi capital federal, exercendo função administrativa, e atualmente desenvolve políticas de cunho cultural voltadas ao setor turístico, tendo sediado diversos megaeventos com essa finalidade. Nesse sentido, é interessante avaliar o elo estabelecido entre as políticas públicas urbanas e a potencialidade turística da cidade, passando pela sua condição histórica de capital federal entre 1763 e 1960 (e o vácuo deixado a partir de então) junto ao histórico de megaeventos na cidade e as transformações urbanas empreendidas para sediá-los.

Assim, destaco para a análise a Feira do Lavradio, situada na rua de mesmo nome, um dos mais antigos endereços da cidade, contando com imóveis tombados, e tendo sido recentemente alçada a Patrimônio Cultural Imaterial da cidade do Rio de Janeiro<sup>1</sup>. A Feira do Lavradio é o lócus espacial de análise na compreensão da relação entre capitalidade histórica da cidade e potencialidade turística, assim como potente como local de produção de memória cultural na cidade.

Os conceitos de memória cultural e coletiva, sua relação com os espaços urbanos, assim como as políticas de patrimonialização implementadas recentemente no Rio de Janeiro serão trabalhados como o arcabouço teórico do artigo. Em seguida, tratarei dos agentes envolvidos nessas políticas, assim como trarei os embates e diferenças discursivas, que serão analisadas tanto no âmbito das recentes reformas urbanas implementadas na cidade, como o Projeto Porto Maravilha, quanto na produção da própria Feira do Lavradio, entre organizadores e expositores para ao final apresentar dados coletados em campo a partir da pesquisa etnográfica desenvolvida na feira, entre 2021 e 2024.

## O estudo da memória coletiva e sua dimensão espacial

Para compreendermos a evolução histórica da cidade do Rio de Janeiro a partir do seu potencial turístico, é importante analisar a produção da memória coletiva em torno de seus patrimônios culturais, ora tornados espaços turísticos com o intuito de entender por que certos espaços, como a Rua do Lavradio e a feira nela situada, apresentam um potencial turístico maior do que outros locais na cidade. Nesse sentido, em 1985, na Declaração do México, o patrimônio cultural passa a compreender, além dos bens materiais, os imateriais. Assim:

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas. (ICOMOS, 1985, p. 4).

Ao tratar da temática, Nascimento e Trentin (2011) destacam que o turismo cultural acompanhou a evolução do conceito de patrimônio cultural. A relação, que começou nos séculos XVII e XVIII evoluiu, assim como a discussão sobre os benefícios e prejuízos da relação entre turismo e bem cultural. Para melhor gerir a relação existente entre o turismo e os bens culturais, Barreto (2006) *apud* Nascimento e Trentin (2011) aponta o planejamento como um instrumento "chave". O autor destaca que o planejamento diminuiu o trabalho amador, orientado por interesses próprios que desconsideram as características e ameaçam a existência do bem.

Assim, verifica-se que os governos percebem o potencial do turismo

cultural e procuram estruturar atrativos históricos e artísticos locais para atrair essa demanda. Nascimento e Trentin (2011) observaram que as políticas públicas de turismo e da cultura confirmam a discussão teórica sobre a relação entre turismo e patrimônio cultural. Enquanto para o turismo a relação representa aumentar a atração de visitantes e a competitividade no mercado turístico, para o bem cultural significa a sua valorização e preservação.

O potencial turístico da cidade do Rio de Janeiro, que é alçado atualmente a uma de suas “vocações” principais, é historicamente relacionado às belezas naturais, conforme apresentado por Nunes (2023). Porém, ao longo do tempo, a cidade, que não apresentava infraestrutura nem serviços adequados à recepção de viajantes, foi sendo transformada urbanística e esteticamente. A partir de 1922, para sediar o primeiro megaevento internacional na cidade, a então Exposição Internacional, que comemorava o centenário da independência, o Rio de Janeiro foi sendo transformado para atender à recepção de muitos turistas. Para Tanto, Nunes (2023) destaca que:

O Rio de Janeiro apresentou, assim, aos visitantes estrangeiros, toda sua beleza: a natural e a construída a partir das tantas reformas - ambas igualmente encantadoras. Tais ações, aliadas ao aparecimento de novos hábitos culturais e ao oferecimento de bons serviços para os viajantes, fizeram com que a vocação turística da capital carioca fosse, finalmente, valorizada. Foram criados hotéis e restaurantes adequados a recepção de visitantes, iniciou-se uma preocupação com o oferecimento de opções de lazer e entretenimento. Esse novo momento colocou o Brasil em evidência e passou a despertar, com regularidade, o interesse de estrangeiros em visitar o país, justificando a necessidade de investimento no setor turístico nacional. (p. 15-16)

A cidade foi, então, gradativamente sendo transformada para atender aos interesses dos promotores imobiliários e ao setor turístico, principalmente em momentos de sediar megaeventos internacionais. Com o tempo, principalmente após a perda de posto de capital federal, em 1960, os gestores municipais passaram a se preocupar sobretudo com a manutenção de atividades econômicas que justifiquem a “vocação” econ mica do Rio de Janeiro, que vem sendo, cada vez mais, relacionada ao setor de serviços a partir das atividades culturais e turísticas.

Capel (2011) aponta que o Rio de Janeiro foi capaz de superar o desafio da transferência da capital para Brasília, mas que a mudança levou   transferência de institui es e de pessoas e o esvaziamento de edifícios e de sua área central, que se mant m como sede terciária. O autor ainda destaca que “as mudanças recentes no Rio têm provocado numerosas refuncionaliza es dos edifícios, indústrias convertidas em centros comerciais ou culturais, lojas nas novas áreas de consumo que se intenta promover” (p. 25).

Uma vez compreendida a rela o entre produ o da cidade para atender aos megaeventos internacionais notadamente integrada   fun o turística da cidade, sobretudo em momentos de sediar megaeventos internacionais, torna-se relevante discutirmos a produ o da memória coletiva em torno da cidade do Rio de Janeiro na valoriza o de seus espaços históricos tornados patrim nios culturais.

A cidade pode ser tomada como um “palco” para as a es sociais, ou, de acordo com o proposto por Gomes e Berdoulay (2009), um “cenário”, que associa os arranjos espaciais aos comportamentos dos atores sociais que dotam esses espaços de significados.   a partir desse contexto que podemos iniciar uma discussão acerca da compreensão dos espaços urbanos como locais de constru o de memórias e narrativas sobre as formas de ser e estar no espaço urbano, dotando de significa es as diferentes narrativas e experiências de cidade, compreendida aqui como

um lugar de memória coletiva, não uma memória única, mas constantemente repensada, ressignificada, disputada e transformada.

Nesse sentido, Santos (2013) questiona a abordagem linear que é comumente dada ao tempo histórico nas Ciências Sociais, apontando que a relação entre Ciências Sociais e diferentes formas de historicidade não tem sido objeto de muita atenção. A autora apresenta ainda uma crítica acerca da relação entre memória, linearidade e continuidade, afirmando que grande parte da produção recente sobre memória nas Ciências Sociais aponta para uma noção de temporalidade que indica movimento contínuo e multiplicidade. Porém, em contraponto, Santos (2013) apresenta que a partir da década de 1980, historiadores criticaram análises baseadas em lógicas causais e evolutivas, rejeitando a ênfase no encadeamento e na recorrência de elementos estruturais.

Para tanto, a definição funcionalista de cultura foi substituída pela noção de cultura que elege a dimensão simbólica, constitutiva de todos os processos sociais como seu objeto de análise. Nesse sentido,

a percepção de que há uma relação constante entre passado e presente, que não é linear, é antagônica à ideia de que formas tradicionais de ser e pensar foram totalmente substituídas pela reflexividade moderna. A alternativa tem sido a investigação da presença de práticas descritas como pertencentes à tradição em meio à modernidade. Dessa forma, podemos perceber, sem contradições, que há sempre aspectos da tradição no que chamamos de modernidade, como há sempre aspectos da modernidade no que chamamos de tradicional. (p. 66)

Santos (2013) apresenta ainda o conceito de memória cultural como sendo:

(...) mais ampla que as diversas memórias

construídas, como memória familiar, memória de um grupo social, memória nacional e assim por diante. Ela está presente em paisagens, objetos, livros, emblemas e monumentos. A memória cultural está sempre presente nas diversas sociedades, ela mantém o contato entre passado e presente, entre os mortos e os vivos, ela dá significado, identidade e orientação aos indivíduos. (p. 64-65)

O estudo da memória coletiva e cultural, de acordo com o exposto, pode ser compreendido a partir de uma lógica não-linear da história, situada entre o passado e o presente numa relação entre práticas sociais e objetos, monumentos e demais lugares de memória, ou seja, a partir da relação criada por uma coletividade com o seu espaço de vivência e seus símbolos que remetem ao passado, mas que as práticas sociais se mantêm e se estabelecem ainda no presente, porém, ancoradas em espaços de memória que reconfiguram práticas urbanas e fortalecem vínculos entre os habitantes da cidade em determinados espaços, como é o caso da Rua do Lavradio.

Trazendo a análise para o caso da cidade do Rio de Janeiro, ao abordar o potencial de “capitalidade” histórica, Motta (2000) aponta que ao glorioso passado de centro político e cultural do país teria sucedido o presente de decadência. A autora destaca que, ao perder o posto de capital federal, a cidade entrou em “crise”, não somente política, mas também econômica, e a isso, somam-se políticas públicas pensadas para gerenciar, a partir de então, qual seria nossa função principal e, nesse sentido, as políticas em torno da memória a partir da patrimonialização de monumentos históricos e o turismo cultural entram como elementos fundamentais na gestão da cidade.

Porém, é importante destacar que a memória coletiva da cidade do Rio de Janeiro é um campo de disputa entre aquilo que se produz em termos da

apropriação social de seus habitantes e aquilo que é valorizado a partir das políticas de patrimonialização desenvolvidas pela gestão pública. Nesse sentido, abordaremos a seguir essa análise no que diz respeito à memória da cidade do Rio de Janeiro em disputa.

Knauss (1999), ao apresentar a cidade do Rio de Janeiro como um território simbólico da memória a partir da análise de seus monumentos, os divide em três concepções: gratidão, vaidade e exclusão. A gratidão refere-se aos heróis históricos, pessoas icônicas de nosso passado e geralmente ligadas ao Estado. Já a vaidade está relacionada à perspectiva monumental dada às paisagens da cidade, a partir de uma abordagem naturalista em detrimento do conteúdo social da urbanidade, e a exclusão analisa o papel de monumentos mais recentes com páginas outrora pouco exploradas de nossa história, trazendo à memória os grupos sociais excluídos, assim como a identificação de práticas culturais ou relações históricas desses grupos sociais particulares com seus espaços da cidade.

A fim de compreender a construção das narrativas sobre a memória coletiva urbana, Knauss (1999) destaca a valorização das imagens da cidade e apresenta ainda uma reflexão crítica sobre essa construção em que, no plano simbólico, complexidade, multiplicidade e diversidade são características rejeitadas da vida urbana. A cidade simbólica é projetada nas imagens urbanas como um espaço comunitário de emblemas compartilhados, como se não houvesse disputas por suas narrativas. Nesse sentido, analisaremos a seguir as reformas urbanas da cidade, sua relação com os megaeventos e as políticas de patrimonialização como formas de produção do espaço urbano, assim como as disputas e narrativas envolvidas nessa construção.

**As reformas urbanas, os megaeventos e as políticas de patrimonialização recentes na cidade do Rio de Janeiro**

Avançando um pouco no debate sobre a produção do espaço urbano partindo da cidade como um “palco” que materializa práticas e retóricas sobre a memória coletiva, torna-se importante discutir sobre as políticas de patrimonialização implementadas na cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas. Guimarães (2016), ao discorrer sobre o patrimônio cultural na gestão dos espaços do Rio de Janeiro, aponta que a cidade tem buscado construir-se perante habitantes, investidores e turistas internacionais como cosmopolita e inserida no circuito das grandes cidades mundiais. Para tanto, suas políticas municipais de planejamento urbano vêm alterando as feições da paisagem e produzindo mudanças de funcionalidade de amplas regiões.

A autora, ao refletir sobre as retóricas e práticas patrimoniais movimentadas em torno das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (Apacs), a partir da década de 1980, aponta para um forte apelo à identidade cultural e à memória afetiva dos bairros. No entanto, afirma que, nas décadas seguintes, algumas delas passaram a ser utilizadas para auxiliar na produção de zonas de interesse turístico, no direcionamento da atuação do mercado imobiliário e no estabelecimento de uma relação de interdependência entre diferentes regiões da cidade.

Guimarães (2016), então, destaca como hipótese em seu texto que para além de preservar ambientes culturais, em determinados contextos urbanos, tal política patrimonial se apresentou como estratégia de regulação de fronteiras de contato entre os habitantes e de distribuição de recursos pelos espaços da cidade. O que provocou, entre múltiplos efeitos, a criação de novas atrações turísticas, a especulação imobiliária e a alteração do perfil habitacional de locais antes ocupados predominantemente pelas camadas populares, em consonância ao apontado por Harvey (2014) sobre a produção capitalista do espaço urbano.

Nesse sentido, ao relacionar a política de patrimônio em curso na cidade

com a produção capitalista do espaço urbano, Guimarães (2016) enfatiza que:

Através da mediação da noção de patrimônio, tais áreas de proteção engendraram um jogo dialético entre preservação e disponibilização de bens (WEINER, 1992), estruturando a percepção de que alguns espaços e habitantes seriam parte da herança da cidade e deveriam ser preservados, enquanto outros seriam supostamente inautênticos, degradantes e contingenciais, podendo ser trocados, extintos ou vendidos. (p. 151)

A autora analisa o tombamento de imóveis na região central da cidade do Rio de Janeiro como parte de uma política de patrimonialização mais recente, relacionada à construção de um “projeto urbano”, uma vez que, a partir da década de 1970, no mundo, a ideia de diversidade cultural já havia conduzido à percepção de que os sítios urbanos eram também importantes por comporem o ambiente social das cidades em acelerado crescimento, e destaca:

Nesse novo arranjo conceitual, as políticas patrimoniais brasileiras começaram a elaborar medidas de valorização do conjunto de casas e prédios urbanos, enfatizando seus aspectos imateriais como testemunho de uma época e de sua comunidade. A ampliação dos agentes envolvidos nos processos de patrimonialização, contudo, trouxe novas tensões e envolveu um precário equilíbrio social entre memórias afetivas e interesses econômicos. (GUIMARÃES, 2016, p. 154).

Os imóveis situados na Rua do Lavradio, um dos sítios mais antigos da região central da cidade do Rio de Janeiro, foram tombados em consonância a esse novo modelo de política de patrimonialização em curso. Assim:

Essas novas tensões foram experimentadas de forma pioneira no Rio de Janeiro com a implantação do Corredor Cultural do Centro, política municipal de proteção do ambiente urbano elaborada e regulamentada entre os anos de 1979 e 1987. Seu projeto patrimonial se contrapunha à visão do urbanismo funcionalista da década de 1960, que havia alargado vias de tráfego do Centro para a expansão da área de negócios da cidade e produzido, como consequência, a expulsão de algumas lojas populares comandadas por mulçumanos, cristãos-maronitas e judeus (PIO, 2013, apud GUIMARÃES, 2016, p.155).

Porém, a despeito da defesa feita pelos arquitetos e urbanistas responsáveis pela elaboração do projeto Corredor Cultural do Centro, que apontam para a mobilização do sentimento de preservação da memória afetiva das localidades e de seus habitantes, Guimarães (2016) destaca também as tensões fomentadas pela valorização da região:

Mas as proteções realizadas nas regiões central e portuária portaram particularidades, pois os discursos de preservação vieram atrelados à afirmação de um suposto processo de “deterioração e ocupação irregular ou indevida” dos imóveis componentes dos conjuntos arquitetônicos. E, conseqüentemente, a uma dita necessidade de implementação de medidas complementares de “conservação” dos aspectos físicos e de “revitalização” de seus usos. (p. 156-157)

Portanto, junto com o discurso de valorização da memória afetiva das localidades e de seus habitantes, há uma prática de transformação do perfil social da região em prol de interesses econômicos. A autora, então, enfatiza que essa busca de equilíbrio entre as ações de renovação e de proteção reduziu imóveis a meros elementos cenográficos urbanos e “não

garantiu a permanência dos modos de vida das áreas protegidas, mantendo uma forma de pensar o patrimônio urbano atrelada unicamente à materialidade das fachadas dos imóveis” (GUIMARÃES, 2016, p. 158). Podemos perceber essa análise a partir da imagem a seguir, que mostra um casarão situado na Rua do Lavradio com sua fachada preservada, mas sem uso interior.

**Imagem 1:** Casarões tombados e sem uso interior situados na Rua do Lavradio.



Fonte: A autora. Fotografia do dia 6 de abril de 2024.

Relacionando os projetos de patrimonialização com os megaeventos internacionais sediados na cidade, Pio (2014), em sua tese de doutorado sobre os novos sentidos do patrimônio cultural no projeto Porto Maravilha, idealizado para atender a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, buscou considerar o patrimônio como uma categoria de pensamento operada em discursos que propõem determinadas noções de memória e história urbana e que, nesse sentido, o projeto Porto Maravilha apresentou uma ênfase mais central às ações culturais do que nos projetos de renovação urbanas anteriores a ele. Sobre o tema, o autor ressalta que:

a valorização de ações culturais e do patrimônio não se refere apenas à dimensão social e identitária dos bens culturais, mas, igualmente, à função atribuída aos equipamentos culturais e marcos históricos de estimular uma nova forma de perceber e utilizar o espaço urbano. Com efeito, o modo de representar a área de intervenção indica o papel preponderante da cultura e da memória urbana na revitalização. Não são os traços culturais e usos sociais anteriores que definem tais “vocações”, mas a potencialidade de uso econômico e comercial e, em última análise, o projeto de modernização e adaptação da área a um novo tipo de usuário e morador. (p. 47)

Podemos inferir que o patrimônio e as ações culturais nos espaços urbanos são aqui também acionados para promover a valorização econômica da área a partir do discurso dos gestores urbanos, e não no sentido de preservar as práticas e usos sociais anteriores. Na esteira desse processo de transformação das funções sociais e econômicas em curso na região abarcada pelo projeto Porto Maravilha, Pio (2014) chama a atenção para a diversidade dada aos “discursos de memória”, destacando que:

ao operar com as noções de “identidade cultural”, “valor cultural” e “potencial cultural” da região, produz um conjunto de narrativas que tratam o “patrimônio cultural” como categoria fundamental no fortalecimento da imagem da área. Nesse processo, surge uma diversidade de “discursos de memória”, utilizados para justificar as ações de revitalização. (PIO, 2014, p. 49)

A memória é, então, acionada como fundamental para implementar as transformações espaciais na região, como se o projeto de revitalização para a região desenvolvido pelos gestores urbanos fosse o único caminho para preservar a memória, os usos e as práticas sociais nela historicamente desenvolvidos. Nesse sentido, Pio (2014) se mostra crítico a esse processo

ao afirmar que a valorização das “potencialidades paisagísticas, lúdicas, logísticas e imobiliárias” das zonas portuárias destacadas por Vicente Delrio (2002) apud Pio (2014) depende diretamente de um ambiente pensado e estruturado a partir de lugares de memória, relíquias e narrativas que expressem a “autenticidade” do local e o caráter inalienável dos bens que integram o patrimônio cultural.

Portanto, essa “inalienabilidade”, para o autor, parece ter se tornado uma forma de mercadoria no contexto contemporâneo, possibilitando experiências de imagens da história cada vez mais acessíveis. Substitui-se, portanto, o “valor de culto” das obras pelo seu “valor de exibição”, materializado em eventos, circuitos turísticos e meios audiovisuais.

O discurso de Pio (2014), crítico à forma como a memória foi acionada e operacionalizada pelo projeto Porto Maravilha a partir dos gestores urbanos municipais da cidade do Rio de Janeiro, vai de encontro à crítica desenvolvida por Lefebvre (2001) e Harvey (2014) acerca da produção capitalista dos espaços urbanos mundo afora. Os autores em questão destacam ser a partir das práticas sociais ancoradas nos espaços de memória e desenvolvidas pelos grupos sociais que habitam a cidade que irão dotá-la de sentido e transformá-la em função da sociedade e não somente do capital.

A seguir, trataremos mais especificamente da Feira do Lavradio e sua importância para a cidade do Rio de Janeiro como uma feira turística que apresenta relevante conteúdo histórico, uma vez que se situa em uma das ruas mais antigas da cidade, contendo diversos prédios e objetos arquitetônicos tombados, assim como a partir da sua constituição enquanto um lugar de memória e de experiência urbana em disputa entre gestores, expositores e frequentadores.

## **A Feira do Lavradio como um lugar de memória na cidade do Rio**

## de Janeiro

João do Rio foi um importante cronista da vida e cultura urbanas do Rio de Janeiro no início do século XX, à época da Reforma Urbana de Pereira Passos (1902-1906) que promoveu grandes transformações na cidade do Rio de Janeiro, no intuito de torná-la “moderna”. Essa modernidade, inspirada em moldes parisienses, tendo sido conhecida com “*Belle Époque*” tropical, em alusão à transformação de mesmos moldes feita décadas antes em Paris, alterou sobremaneira as formas de vida no Rio de Janeiro.

O'Donnell (2008) trata, então, de analisar a obra de João do Rio a partir de um viés etnográfico, uma vez que o cronista buscava nas ruas o material para seu trabalho, tendo sido fundamental para compreendermos as mudanças sociais e culturais desse período de nossa história, situadas entre o espaço da cidade e os comportamentos de seus habitantes em profunda mutação ao apropriarem-se dela.

O'Donnell (2008) destaca que:

para João do Rio, a Reforma Urbana, mais que um projeto espacial ou civilizatório, representava uma nova relação entre os muitos tecidos culturais da cidade e refletia-se na sociabilidade, criando signos de interpretação cotidiana da realidade. Em suma, o cronista via as transformações pela chave da práxis, como um novo contexto de produção da cultura. (p. 95-96)

Lima Barreto também foi fundamental para compreendermos esse momento de mudanças nas formas de vida na cidade do Rio de Janeiro na modernidade. Ao discorrer sobre a diferença entre “mafuás” e “feiras livres”, em artigo denominado “Feiras e Mafuás”, publicado no Jornal Gazeta de Notícias, em 28 de Julho de 1921, apresenta que:

Há, entretanto, pequenas diferenças: o “mafuá” é à noite e a “feira livre” é pela manhã; nesta não há “rodas”, não há “pinguelim”, naquele há. E é só; no mais, ambos têm um constante ar de família. É a mesma coisa, com o idêntico aspecto da festa popular, pretexto para passeios e discretos namoros; e, tanto num, como na outra, vende-se de um tudo, como diz o povo. É mais outra semelhança. Não afianço; mas espero ver todos dois, daqui em breve, transformados em “carnaval”, com bisnagas, confetti, serpentinas, ranchos e blocos. (RESENDE, 2018, p. 164).

Pelo relato de Lima Barreto, podemos perceber que o cronista percebia a feira livre como o lugar do encontro, tendo ainda um ar familiar, um lugar em que, por ser público, pode ser apropriado e significado como um espaço de sociabilidade. O autor destaca seu desejo de que a feira se torne “carnaval”, uma vez que suas características a assemelham à festa popular. Ele ainda afirma mais adiante que a feira livre apresenta o princípio de ser “profundamente socialista”, trazendo um relato de sua própria vivência que justifica sua afirmação:

Há dias, fui a uma delas, na minha vizinhança; e surpreendi-me, vendo aí vender-se açúcar. Cheguei e fiz menção de comprar. Pedi um quilo. O homem passou-me um pacote. Perguntei então:

– O senhor não tem balança?

– Para quê? Isto aqui não é feira livre? É livre!

Concordei e, ao pagar o pacote, indaguei do industrial:

– De onde é este açúcar?

– Não sei... Isto é: é de Pernambuco ou de Campos. Por quê?

– Pensei que fosse da sua usina, aqui, nos arredores.

Afastei-me, deixando o homem espantado, com o espanto de quem acaba de falar com um maluco. (RESENDE, 2018, p. 164-165).

O relato de Lima Barreto acima aponta para uma característica da feira livre como um espaço de comércio dotado de grande personalismo e sociabilidade. O cronista afirma que a feira livre tem um caráter socialista por não apresentar relações econômicas como um mercado formal, sendo os preços negociados não só a partir de relações econômicas, mas, sobretudo, pessoais. Na feira livre, há a possibilidade da construção de laços de sociabilidade e amizade entre feirantes e fregueses, o que torna esse mercado público um espaço particular para vivências, experiências e sociabilidades na cidade.

Eckert e Rocha (1998), ao tratarem a cidade como objeto para o estudo da memória coletiva, destacam que:

A cidade ressurgiu enquanto manifestações expressivas dos gestos humanos que lhe fazem ascender ao status legítimo de “espaço habitado”, graças a sua autonomia absoluta como espaço poético, repleto das histórias e das imagens a ela atribuídas. Em decorrência, os espaços urbanos construídos e vividos, como objeto etnográfico, vão se revelando não meros reflexos de políticas urbanísticas, mas suportes de tradições e biografias de seus habitantes cujas narrativas expressam uma linguagem coletiva que comunica uma pluralidade de identidades e memórias, remetendo seus territórios aos pretextos e às manipulações humanas. (p. 7)

Podemos, nesse sentido, trabalhar a feira livre como um espaço poético, uma vez que é repleta das histórias e vivências dos habitantes da cidade, sendo um espaço singular para a produção de sociabilidades, conforme mostrado nos trechos da crônica de Lima Barreto.

As feiras livres na cidade do Rio de Janeiro remontam ao ano de 1904, a partir do decreto 997 de 13/10/1904, inseridas, de acordo com Mascarenhas (1997), num conjunto de ações públicas de modernização

urbana. Assim, o objetivo da criação das feiras livres era ordenar o comércio de rua na cidade, juntamente às demais políticas urbanas do então Prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906. Mascarenhas (1997) questiona em seu artigo a finalidade do ordenamento público naquele momento como servindo à elite e gerando “fronteiras simbólicas” de sociabilidade nos espaços públicos da cidade.

Ao longo do trabalho de campo de cunho etnográfico desenvolvido desde 2021 na Feira do Lavradio, também conhecida como Feira Rio Antigo, percebo que, além das características atribuídas às feiras livres e sua importância para a sociabilidade urbana, essa feira em especial, por se situar num local histórico da cidade, apresenta um destaque singular na análise entre sujeitos e seus espaços de vivência na cidade e para a produção da memória coletiva no espaço urbano, uma vez que localiza-se numa rua que tem boa parte de suas edificações tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e foi, recentemente, reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Rio de Janeiro .

De acordo com o Deputado Estadual André Ceciliano, em entrevista ao Jornal Brasil de Fato em Agosto de 2021 e autor do projeto de lei que instituiu a Rua do Lavradio como Patrimônio Cultural Imaterial do Rio de Janeiro: “A Rua do Lavradio faz parte da história do Rio de Janeiro, pois, com apenas 700 metros de extensão, já abrigou alguns dos mais elegantes endereços do Rio Antigo e foi cenário de escritores como Machado de Assis, Lima Barreto e João do Rio”.

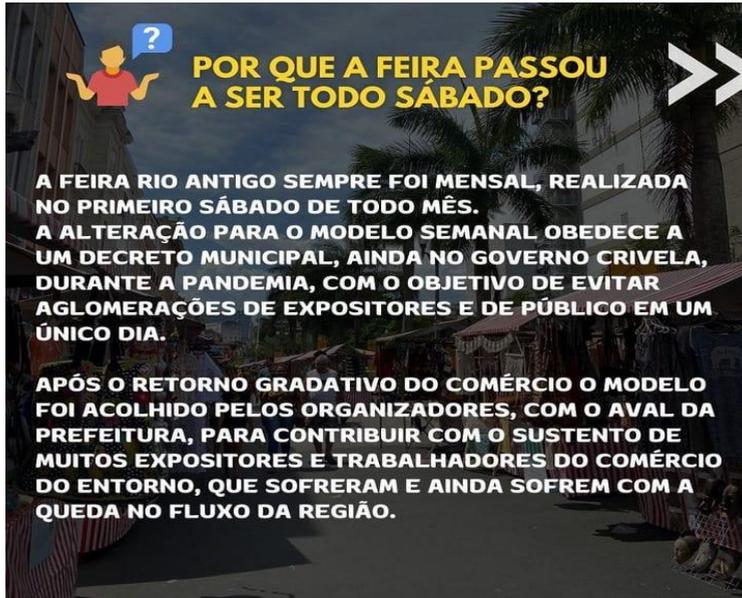
A feira do Lavradio, de acordo com a página oficial na rede social Instagram, inicia-se em 1996 e acontecia no primeiro sábado de cada mês em toda a extensão da rua. Durante a pandemia do Covid-19, que perdurou de março de 2020 a maio de 2023, segundo a Organização Mundial da Saúde, passou a se limitar à parte situada entre a Rua da Relação e a Rua da Carioca, com restrição dos feirantes e das atividades dos bares para diminuir a aglomeração.

Hoje, após o retorno da pandemia, ocorre todos os sábados, contando com as já conhecidas antiguidades, tanto pela sua localização na rua com prédios históricos tombados, como por também apresentar várias lojas de antiguidades. Há ainda bares e restaurantes tradicionais da cidade situados na rua e alguns decorados com objetos antigos, como o Rio Scenarium, famoso por apresentar um rico acervo de antiguidades e por se situar num casarão da época e decorado como no século XIX, a fim de possibilitar a experiência de “Rio Antigo” aos frequentadores do estabelecimento.

Porém, a partir da observação participante, percebo uma disputa de narrativas acerca da feira e das práticas culturais nela desenvolvidas. Frequento a Feira do Lavradio há mais de uma década e percebi que a feira sofreu grande descaracterização de seu propósito inicial: ser uma feira de antiguidades. Hoje, há poucas barracas que vendem objetos históricos, assim como houve a redução das lojas de antiguidades situadas na extensão da rua, fazendo com que a feira se pareça cada vez mais com uma feira de artesanato como outras da cidade, e não por como ela foi constituída, há mais de duas décadas atrás. Nesse sentido, a “Feira Rio Antigo” hoje está muito mais associada à ideia do local onde se ancora do que aos objetos nela encontrados.

A periodicidade da feira também é uma questão entre os expositores e os organizadores. Inicialmente, a feira acontecia no primeiro sábado de cada mês, e hoje ela acontece semanalmente, ainda aos sábados, após o tempo em que ficou suspensa por conta da pandemia do Covid-19. De acordo com a página da feira na rede social Instagram, o fato da maior periodicidade é positivo, pois possibilita uma maior quantidade de expositores participarem da mesma, dinamizando ainda a economia da região, conforme podemos analisar pela postagem a seguir.

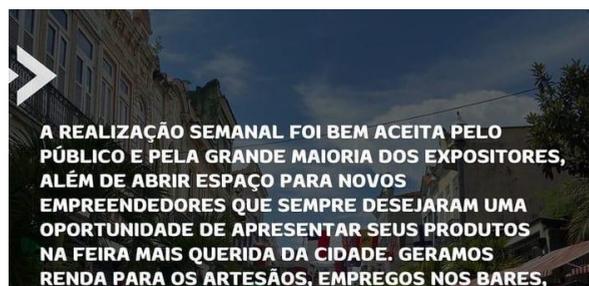
**Imagem 2:** Postagem sobre a mudança da periodicidade da feira na rede social Instagram, parte 1.



Fonte: Instagram da página da Feira do Lavradio, de 10 de agosto de 2022.

Como mencionado, os organizadores argumentam que a mudança na periodicidade da feira foi importante para ajudar a dinamizar o comércio na região, assim como reduzir a aglomeração na rua. Porém, ao conversar com antigos expositores da feira, eles destacaram que a medida promoveu sua descaracterização, fazendo com que ela se assemelhe hoje a qualquer outra feira de artesanatos, não aparentando mais a singularidade de feira de antiguidades que tinha outrora. De acordo com os organizadores, a mudança foi positiva e bem aceita, conforme vemos na postagem a seguir.

**Imagem 3:** Postagem sobre a mudança da periodicidade da feira na rede social Instagram, parte 2.



Fonte: Instagram da página da Feira do Lavradio, de 10 de agosto de 2022

Segundo os organizadores, a mudança na periodicidade da feira gerou renda para os artesãos e contribuiu para o fluxo turístico na região. Porém, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, percebi que a maioria dos expositores antigos da feira, artesãos conhecidos do público que frequenta a feira há anos, continuam expondo somente no primeiro sábado do mês, que segue sendo o mais cheio, com barracas que ocupam uma maior extensão da rua, apresentando maior semelhança com o que era a feira antes da pandemia. Nos outros sábados, a feira, na visão dos expositores antigos, perde o seu lugar como uma feira histórica da cidade, é mais vazia e boa parte dos expositores são novos na feira, iniciando após a reabertura do período da pandemia.

Uma das expositoras afirmou que a feira “perdeu o encanto”; o que antes era uma feira alegre e dançante e que está se perdendo. A expositora ainda destacou que os expositores não têm muita voz perante a associação Pólo Rio Antigo, que administra a feira. A dissonância em relação ao formato e a constituição simbólica da feira vai além da periodicidade. Todos os sábados, entre os anos de 2021 e 2022, vinha ocorrendo uma programação musical de *jazz*, sempre às 16 horas, em frente à Praça Emilinha Borba, conforme a imagem a seguir.

**Imagem 4:** Público assistindo ao show de jazz no palco montado na Praça

## Emilinha Borba, durante a Feira do Lavradio



Fonte: A autora. Fotografia do dia 11 de dezembro de 2021.

De acordo com a imagem acima, podemos perceber que a programação musical da feira não atrai um grande público e, de acordo com a expositora mencionada acima, o fato de a atração ser *jazz* não dialoga com o sentido da feira, que é um lugar de memória e da cultura carioca. Em entrevista concedida para a pesquisa no dia 21 de abril de 2022, Clara mencionou que ocorreu o centenário de Dona Ivone Lara e o Dia Nacional do Choro, e que poderia ter ocorrido um evento na praça em função dessas comemorações que, para ela, apresentam uma relação muito maior com o sentido de patrimônio imaterial da rua do que uma programação de *jazz*, que sequer é um ritmo musical brasileiro. Ao ser indagada sobre a escolha dessa programação pelos organizadores da feira, Clara afirmou que ela se dá pelo fato de um deles ser dono de uma casa de *jazz* em Botafogo e que há um interesse pessoal do organizador na maior divulgação desse ritmo na feira.

**Imagem 5:** Público assistindo ao show de *jazz* no palco montado na Praça Emilinha Borba, durante a Feira do Lavradio. Destaque para os imóveis tombados ao fundo da imagem, construindo o cenário da Feira Rio Antigo.



Fonte: A autora. Fotografia do dia 15 de janeiro de 2022.

As críticas feitas pela expositora apresentam consonância ao que foi desenvolvido como programação meses após os registros acima, e que segue atualmente: o *jazz* cedeu lugar ao samba e MPB como ritmos mais “representativos” da cultura carioca, e o registro a seguir mostra um público bem maior durante as apresentações. É claro que o fim da pandemia influencia essa maior aglomeração, mas, de acordo com a pesquisa, a identificação cultural com a “cultura carioca” a partir dos ritmos musicais apresentados nos shows influenciam a experiência turística na Feira do Lavradio.

**Imagem 6:** Público assistindo ao show de samba e mpb na Praça Emília Borba após o fim da pandemia do Covid-19.



Fonte: A autora. Fotografia do dia 6 de julho de 2024.

Além disso, vale destacar, no intuito de analisar a experiência turística na feira, que os bares e restaurantes situados nos imóveis tombados e decorados com antiguidades apresentam preços elevados, e o mais famoso deles, com rico acervo de antiguidades, o Rio Scenarium, que conta com uma programação musical de samba e feijoada, tidos como típicas expressões culturais da cidade tem um valor elevado para a entrada, sendo um enclave elitizado da feira. Nesse sentido, é mais uma dissonância em relação ao local como um patrimônio cultural imaterial da cidade, já que o sentido da rua e da feira como um pólo de antiguidades está se perdendo, e onde podemos encontrá-las, praticam-se valores elevados de entrada, promovendo uma elitização de seu espaço.

**Imagem 7:** Um casal utilizando o cenário do imóvel tombado do casarão do Rio Scenarium para fotografia.



Fonte: A autora. Fotografia do dia 6 de abril de 2024.

A imagem 7 mostra o impacto que os imóveis tombados representam para a experiência turística na Rua do Lavradio, estando, o casal da imagem, na fachada de um dos imóveis ocupados pelo Rio Scenarium. Assim, podemos destacar a importância das políticas de patrimônio desenvolvidas ao longo do tempo para a Rua do Lavradio, tanto pelo tombamento dos imóveis quanto pelo reconhecimento da própria rua como patrimônio, o que impacta na escolha da feira como destino turístico e experiência de “cultura” carioca.

## Considerações Finais

O presente artigo apresentou uma reflexão sobre o desenvolvimento histórico do Rio de Janeiro enquanto “capitalidade” e seu esvaziamento de função após a perda do status de capital federal em 1960. Nesse interim, destacam-se os megaeventos sediados, desde 1922 até os dias atuais, que geraram transformações urbanas para tal finalidade, e o desenvolvimento da cidade a partir de sua “vocalização turística”.

Para tanto, foram analisadas as políticas de patrimonialização como estratégias de fortalecimento da memória cultural no âmbito do desenvolvimento do turismo cultural na cidade. Ao analisar as políticas de patrimonialização desenvolvidas na Rua do Lavradio, recentemente alçada ao título de Patrimônio Cultural Imaterial da cidade, pude perceber a partir do trabalho de campo etnográfico, uma dissonância no discurso e nos

sentidos de produção da feira de mesmo nome que ocupa a rua, entre seus organizadores e expositores.

Para os organizadores, a alteração da periodicidade da feira, que antes era mensal, no primeiro sábado, e hoje é semanal, é positiva pois evita aglomerações, dinamiza o comércio do entorno e possibilita com que novos expositores possam trabalhar na feira. Para os antigos expositores da feira, a periodicidade semanal a descaracterizou, destacando-se a grande redução no número de expositores de antiguidades, se assemelhando a uma feira de artesanatos qualquer, de acordo com Clara, que foi entrevistada para a pesquisa. Ainda segundo a expositora, a programação musical da feira, que contou com artistas que tocam *jazz*, não apresenta relação com a memória cultural da cidade, e que a feira deveria contar com programação de samba e chorinho, ritmos brasileiros e intrinsecamente relacionados à cultura carioca e ao título da rua como Patrimônio Cultural Imaterial da cidade pela sua relação com a história e a cultura urbana do Rio de Janeiro.

Pude perceber também um esvaziamento de sentido em relação aos bares e imóveis tombados na rua a partir da sua relação como um pólo de antiguidades, primeiramente porque muitas lojas de antiguidades fecharam, e também porque alguns bares que são relacionados como lugares de antiguidades, com decoração e grande acervo, são pagos e apresentam valores elevados, assim como, curiosamente, no caso do Rio Scenarium, conta com uma programação de samba, justamente aquela que, segundo a expositora entrevistada, deveria estar na praça pública, ao invés do jazz.

Podemos, então, relacionar o debate conceitual acerca dos sujeitos de produção de memória e os processos de patrimonialização e de transformação das regiões centrais da cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas como um processo que atende aos interesses do capital do que coletivamente produzidos pela população carioca que habita e dá sentido

às práticas culturais nos espaços históricos da cidade. Devemos, tendo Harvey (2014) como inspiração, pensar em práticas sociais desenvolvidas pelos atores que produzem o trabalho coletivo, no âmbito do presente artigo, os artesãos, assim como os frequentadores da Feira do Lavradio, que tragam sentido ao espaço como potente para a produção de memória coletiva na cidade do Rio de Janeiro e que de fato remeta à cultura carioca e fortaleça o turismo cultural na cidade, e não somente segundo interesses privados de seus organizadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Premissas para o estudo da memória no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade. In: Revista Margem Tecnologia, Cultura. São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais, PUC – SP, EDUC- FAPESP, n.8, pp. 243-259, 1998.
- CAPEL, Horacio. Prólogo – As cidades, o consumo e o crescimento de soma zero. In: FERREIRA, Alvaro. A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.
- GOMES, Paulo César da Costa; BERDOULAY, Vincent. Cenários da vida urbana: Imagens, espaços e representações. In: Cidades. Presidente Prudente, v. 5, n. 7, pp. 9-14, 2008.
- GUIMARÃES, Roberta. O patrimônio cultural na gestão dos espaços no Rio de Janeiro. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 29, n. 57, p. 149-168, janeiro-abril 2016
- HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- ICOMOS. Declaração do México. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, México, 1985. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf> Acesso em: 8 julho 2024.
- KNAUSS, Paulo (coord.). Cidade vaidosa – Imagens urbanas do Rio de Janeiro (introdução). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5ª edição. São Paulo: Centauro, 2001.
- MASCARENHAS, Gilmar. Modernidade urbana e flexibilidade tropical: as feiras livres na cidade do Rio de Janeiro (1904-1934). In: GeoUerj. Rio de Janeiro, n. 2, dezembro de 1997.
- MOTTA, Marly. O Rio de Janeiro continua sendo? In: Seminário “Rio de Janeiro: capital e capitalidade”, Rio de Janeiro, CPDOC, 2000. 14f.
- NASCIMENTO, Letícia; TRENTIN, Fábila. Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo cultural na Praça XV de Novembro – Rio de Janeiro, RJ. In: Interações, Campo Grande, v. 12, n. 2, p. 161-173, jul./dez. 2011.
- NUNES, Laura. O turismo em construção: o processo de transformação do Rio de Janeiro em destino turístico. In: Revista Transversos. Rio de Janeiro, n. 28, ago. 2023
- O'DONNELL, Julia. De olho na rua: a cidade de João do Rio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- PIO, Leopoldo Guilherme. Preservando para o presente: novos sentidos do patrimônio cultural no Projeto Porto Maravilha. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2014.

RESENDE, Beatriz (org.). Lima Barreto: Cronista do Rio. Rio de Janeiro: Editora Autêntica, 2018.

SANTOS, Myrian. Memória coletiva, trauma e cultura: um debate. In: Revista USP, São Paulo, n. 98, pp. 51-68, Junho/Julho/agosto, 2013

---

<sup>i</sup> Informação retirada da reportagem do jornal Brasil de Fato, do dia 30 de Agosto de 2021. Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/30/rua-do-lavradio-na-lapa-se-torna-patrimonio-imaterial-do-rj>

1/08/30/rua-do-lavradio-na-lapa-se-torna-patrimonio-imaterial-do-rj  
acesso em: 14 jan. 2022